

A RELAÇÃO EDUCAÇÃO E TRABALHO: PERSPECTIVAS E REFLEXÕES

Adriana Mota de Oliveira Sidou¹
Adéle Cristina Braga Araújo²

RESUMO

O trabalho pretende esboçar uma crítica introdutória ao pensamento educacional vigente, o qual se articula a políticas e práticas afinadas com os interesses do capital, mormente no contexto de sua crise contemporânea, definida por Mészáros, como de caráter estrutural. Para tanto, realizou-se um pesquisa teórico bibliográfico, com abordagem qualitativa, que por sua vez foi analisada sob o referencial marxista histórico-ontológico. O foco principal da crítica recai sobre a situação da educação brasileira. Esta, conforme foi observado vem sendo abatida por reformas de caráter privatizante, que agudizam a dicotomia teoria-prática, fragmentam e aligeiram o conhecimento, adotando, assim, valores próprios do universo empresarial. Foi tomado como ilustração da ideologia educacional dominante, o pensamento do economista Roberto Macedo, ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, que elege de forma cabal, o Mercado como eixo norteador do projeto de educação do trabalhador. Na contra-ordem dessa ideologia, assume-se uma perspectiva fundada no marxismo ontológico, que, partindo do trabalho enquanto categoria fundante do ser social procura a partir deste entendimento, desmascarar os reais interesses que hoje perduram no sistema educacional brasileiro acoplado ao projeto de reprodução do capital global.

Palavras-chave: Educação. Estado. Crise educacional.

INTRODUÇÃO

O presente estudo, de cunho teórico bibliográfico, realizou uma discussão acerca da relação educação e trabalho, com intuito de esboçar uma crítica introdutória ao pensamento educacional vigente, o qual se articula a políticas e práticas afinadas com os interesses do capital em crise, definida por Mészáros, como de caráter estrutural, tendo como foco principal fazer uma crítica sobre a situação da educação brasileira.

Concebemos assim a relevância desta pesquisa a fim de apresentarmos discussões e reflexões sobre os problemas educacionais e deste com a formação do trabalho, que por sua vez, resvala no mercado de trabalho. Para isto, apresentamos a fala de alguns trabalhadores, sob as quais tecemos algumas reflexões.

Percebendo a realidade na qual estamos inseridos, procuramos discutir, no espaço deste artigo, o papel da educação no processo de acumulação e expropriação do trabalhador, ilustrando nossa exposição com pesquisas como a do ex-ministro Roberto Macedo, que defende em seu discurso o diploma como um passaporte para as pessoas surfarem no mercado

¹ Doutoranda do Curso de Educação da Universidade Estadual do Ceará – CE, amsidou@gmail.com;

² Doutoranda do Curso de Educação da Universidade Federal do Ceará – CE, adele.araujo@gmail.com;

de trabalho, elegendo, com efeito, de forma cabal, o mercado de trabalho como eixo norteador do processo educativo.

Realizamos também uma discussão acerca da relação entre formação profissional, mercado de trabalho e universidade, ao qual faremos uma crítica ao atual modelo que se articula como meio de aliviar a pobreza e conseqüentemente de manutenção do *status quo*. A Universidade por sua vez, amplia sua relação no sentido de contribuir com a economia, inclusive no que concerne a obtenção de lucros obtida através do oferecimento de cursos superiores pagos, quando de fato a Universidade deveria se apresentar como espaço de discussão dos problemas sociais, problemas estes que necessariamente perpassam pela esfera da produção de mercadorias.

Como resultados deste estudo, compreendemos que sociedade, educação e mercado de trabalho estão intrinsecamente interligados e, por conseguinte a serviço da lógica capitalista de acumulação de riqueza. A Universidade como local de produção de conhecimento científico, também não tem realizado seu papel no que concerne a discussões acerca de questões mais profundas.

A educação por sua vez, apesar de não ser capaz de mover o motor da mudança, pois este somente poderá ser realizado pelo proletariado através de uma mudança relacionada à forma como os homens produzem os bens necessários a sua sobrevivência, poderá se engendrar na luta em prol de uma sociedade emancipada. E como se faria esta luta através da Educação? Concordamos com Tonet (2005) quando este propõe o que ele chamou de atividades educativas emancipadoras.

METODOLOGIA

O percurso metodológico realizado na pesquisa fora de cunho teórico bibliográfico, a partir da crítica marxista histórico-ontológica de compreensão do real, que aponta sobretudo, o trabalho como ato gênese do ser social, como momento do devir-humano em que o homem transforma a natureza para atender as suas necessidades, ao mesmo tempo que constrói a si mesmo. Enquanto categoria fundante do ser social, constitui papel essencial na transformação, assim como no desenvolvimento do homem como ser social, pois na perspectiva marxiana o ser social é radicalmente histórico.

Baseados nos princípios acima esboçados procuramos discutir à temática acima expressada, na perspectiva histórico-ontológico, por compreender que tanto a realidade objetiva como o conhecimento são resultados da práxis humana. A educação nesta ótica se

apresenta como um complexo fundado a partir do trabalho e que portanto mantém com este certo grau de dependência ontológica e autonomia relativa.

Para o desenvolvimento da pesquisa realizamos uma leitura imanente acerca da temática e suas reflexões, teorias e críticas. A partir desta leitura procuramos submeter à análise o livro: *Seu diploma e sua prancha*, de Roberto Macedo, expressão fiel da lógica mercadológica que procuramos aqui denunciar.

O livro : *A fala do trabalho* , de Pedrinho A. Guareschi e Carmem Lígia Iochins Grisci por sua vez, transcreve a fala do trabalhador no ambiente fabril, o qual utilizaremos para tecermos uma análise acerca desse sistema capitalista, que exclui o trabalhador do saber propriamente dito, o saber geral, filosófico, capaz de ajudá-lo no entendimento do mundo.

Buscamos, ademais, fundamentados na crítica onto-histórica, perfazer uma análise sobre o percurso educacional vigente, apontando limites e perspectivas de devir, tomando como base leituras de Marx (1982; 2004); Lukács (1978); Mészáros (2008); Tonet (2009); Lessa (2005); Jimenez (1999); Freres, Rabelo e Mendes Segundo (2010); dentre outras referências teóricas por nós utilizadas, entendendo que a lógica do capital reflete-se na educação sob a forma de contradição entre o discurso de igualdade e a realidade objetiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Lukács(1978), inspirado em Marx, compreende o trabalho como ato gênese do ser social, momento do devir humano em que o homem transforma a natureza para satisfazer as suas necessidades, tornando possível a integração entre o ser natural e o social.

O trabalho, contudo, não esgota o ser social, visto que o homem no processo de “reprodução social comporta e, ao mesmo tempo, requer outros tipos de ação que não os especificamente de trabalho” (LESSA, 2005, p. 36). O trabalho, com efeito, dá origem a novos e crescentes complexos como: a linguagem, a política, a educação, etc.

Por esse prisma, podemos perceber que a educação, enquanto complexo fundado a partir do trabalho, não poderia deixar de repercutir a lógica societal na qual se insere o trabalho. Desse modo, se a relação dicotômica entre pensar e fazer está presente na educação, esta deriva da própria dicotomia operada no âmbito das relações de produção e da alienação do trabalho. Apontando Mészáros (2008, p. 16) que, “no reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria.”

Esta contradição entre as classes está presente também na escola, em virtude do trabalho constituir-se em categoria fundante do ser social, na medida em que é nesta atividade

que o homem modifica a natureza para satisfazer as suas necessidades vitais de sobrevivência, e por isto matriz das outras relações existentes entre os homens que vivem em sociedade. Concordamos assim com Tonet quando este afirma que: o trabalho é “a raiz do ser social e que, portanto, toda transformação radical da sociedade pressupõe, necessariamente, uma alteração essencial na natureza dessa atividade” (TONET, 2009, p. 2). No entanto, como o homem não é um ser historicamente determinado, este constrói sua história não nas condições que deseja, mas nas condições historicamente determinadas, e daí é que vislumbramos a possibilidade de mudança, senão vejamos:

/.../ a consciência reflete a realidade e, sobre essa base, torna possível intervir nessa realidade para modificá-la, quer-se dizer que a consciência tem um real poder no plano do ser e não – como se supõe a partir das supracitadas visões realistas – que ela é carente de força. (Lukács, 1978, p. 3)

Assim, podemos lembrar que, segundo Marx, o homem se realiza pelo trabalho, porém sob o capital, perde-se nele, pois, quando o domínio deste trabalho escapa ao homem, estamos diante do fenômeno da alienação, que compromete decisivamente o que Lukács denomina de prévia ideação, ou planejamento para a ação, e expropria o trabalhador não só do objeto do seu trabalho, como também do desenvolvimento da sua consciência.

Como bem explicitou Gadotti, quando ainda inserido no universo conceitual marxista:

Na divisão social do trabalho, imposto pela burguesia, as massas trabalhadoras /.../ alienam sua força de trabalho pelo único direito de sobrevivência. O trabalhador torna-se, ele próprio, uma **mercadoria**, cujo valor depende apenas da magnitude do dinheiro – medida de valores – pela qual é trocado. Essa magnitude é definida pela quantidade de trabalho socialmente necessário para reproduzi-lo (GADOTTI; 1983, p. 50).

Nas próprias palavras de Marx, a divisão social do trabalho:

/.../ eleva a força produtiva do trabalho, a riqueza e o aprimoramento da sociedade, ela empobrece o trabalhador até [a condição de] máquina. Enquanto o trabalho suscita o acúmulo de capitais e, com isso, o progressivo bem-estar da sociedade, a divisão do trabalho mantém o trabalhador sempre mais dependente do capitalista, leva-o a maior concorrência, impele-o à caça da sobreprodução, que é seguida por uma correspondente queda de intensidade (MARX, 2004, p. 29).

Através da análise do discurso exposto no livro: *A Fala do Trabalhador*, temos a expressão contundente da alienação do trabalhador; este, via de regra, não realiza trabalho, verdadeiramente, mas tarefas fragmentadas, sob olhares vigilantes. Senão vejamos:

- E quando o serviço não muda, fica como?

-Aquele desânimo sabe. Não sei, dá uma vontade assim... de não fazer, sabe? Às vezes eu fico assim... às vezes eu digo por cara lá: Eu não vou mais trabalhar! (Riu) com o R., né. Aí o R. Mas o que fazer? Tem que fazer né. Não tem outra. Ele diz assim. Ele xinga. Dá aquela vontade de desistir Dalí, mas eu...Acho que é por causa que o cara fica ali, eu acho. Eu

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

acho que é! Eu, pra mim, é, a mesma coisa que a pessoa comer todo dia a mesma coisa, a mesma coisa (GUARESCHI; GRISCI, 1993, p.41).

Vale observarmos também o relato a seguir:

E era um serviço simples, que [...] Bom, se não fosse simples não dava pra fazer tanto também, né. Depois que o cara pega a prática assim, o cara pegava um feixo de peça na mão e ia largando aquilo que nem uma máquina, né. Pra fazer mil e poucas por hora (GUARESCHI; GRISCI, 1993, p.41).

Voltando ao binômio: educação e trabalho, podemos afirmar que ambos estão intimamente ligados, a educação repercute a lógica do capital e conseqüentemente

.../uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas funções vitais e historicamente importantes funções de mudança (MÉSZÁROS, 2008, p.25).

Percebendo a realidade na qual estamos inseridos, procuramos discutir, no espaço deste artigo, o papel da educação no processo de acumulação e expropriação do trabalhador, ilustrando nossa exposição com pesquisas como a do Ex-ministro Roberto Macedo, que defende em seu discurso o diploma como um passaporte para as pessoas surfarem no mercado de trabalho, elegendo, com efeito, de forma cabal, o mercado de trabalho como eixo norteador do processo educativo.

Hoje, em meio à crescente crise, articulada à crise do próprio capital, entendida por Mézáros, como de caráter crise estrutural, a educação tem passado por muitas mudanças a fim de manter intacto o sistema atual de reprodução social.

Se, como afirma Nereide Saviani (1997), nas décadas de 60 e 70 do século passado, assistiu-se à interação política bilateral através dos acordos MEC/USAID, onde a educação era vista como fator de desenvolvimento econômico, dava-se ênfase no ensino profissionalizante, dos anos 80 para cá, a educação básica tem sido priorizada, como meio de aliviar a pobreza e conseqüentemente manter inalteradas as estruturas econômicas da sociedade. Segundo Mézáros,

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

Até a idade média não era necessário qualquer conhecimento para o exercício do trabalho, adquirido fora do próprio campo de trabalho, ou seja, aprendia-se no processo de trabalho. Já na idade moderna, com a incorporação da ciência, torna-se necessário o uso da escrita e de lá até os dias atuais o conhecimento científico vem sendo cada vez mais articulado ao desenvolvimento da produção, sem perder de vista, por certo, os interesses do mercado e o

próprio controle do processo de trabalho. No contexto da presente crise, estreitam-se, de forma inédita, os vínculos entre a educação e os valores e fins empresariais.

Segundo informa Jimenez (1999, p.1),

/.../ um estudo concluído em 1997, sobre as relações universidade-empresa-governo empreendido pela Unicamp, o grupo de pesquisadores, coordenados pela Professora Sandra Brisolla, aponta, com base em parecer de alguns autores americanos; que estariam vivendo hoje, no mundo universitário, uma segunda revolução acadêmica, caracterizado pela agregação da função de desenvolvimento econômico regional e local às já clássicas atividades de ensino e pesquisa.

Com base nestes pressupostos, é que estão sendo firmados os novos contratos entre universidade e sociedade, a partir dos quais, o financiamento para a universidade está vinculado à sua contribuição direta para a economia. Todavia, conforme recomenda a autora,

Vale retomar o que, com precisão, pontuava o professor Wolfgang Maar, num dos primeiros números da Revista Educação e Sociedade, da ANDES. Não cabe fazer do espaço universitário um balcão de ofertas para interesses privados que se dignem a financiá-los; mas, ao contrário, trata-se de levar o próprio balcão para o espaço crítico da universidade (JIMENEZ, 1999, p. 3).

Vale destacarmos outra consideração feita por Jimenez (1999, p. 4):

Numa manobra em tudo favorável à privatização, a reforma para o ensino superior pulveriza as instituições de ensino superior em cinco diferentes modalidades, ferindo de morte o princípio de indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, tão duramente conquistado no período ditatorial.

Observamos, assim, a intensificação das relações entre universidade e o universo empresarial, sendo a educação manipulada no sentido de adequar-se ao mundo do trabalho. Nesta perspectiva é que o empresário como Jorge Gerdau Johanmpeter afirmou em Conferência Internacional ligada ao movimento “Compromisso Todos pela Educação”, que “o retorno social e econômico de investir em educação tem dimensões imensuráveis. A educação é indiscutivelmente o melhor investimento social que se pode fazer” (FRERES, RABELO E MENDES SEGUNDO, 2010, p. 38-39).

No entanto, amparados em Mészáros (2008, p. 27), pontuamos que não podemos pensar em uma mudança na educação sem antes pensarmos também no rompimento com o sistema capitalista, sob pena de estarmos apenas removendo defeitos, sem irmos contudo a raiz dos problemas sociais qual seja: a apropriação capitalista do fruto do trabalho, e assim destaca o autor que: “limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa”.

A relação entre universidade e mercado de trabalho tem sofrido ao longo dos anos muitas modificações. Se nos anos 80 o diploma universitário era um passaporte certo para o

mercado de trabalho, hoje este mercado exige cada vez mais qualificações, não somente o título acadêmico, mas uma série de competências para que o profissional seja útil nessa nova forma de relação empregado-empregador.

Com vistas à relação educação e mercado de trabalho hoje, no Brasil, podemos observar o quanto profissionais graduados estão migrando para outras profissões; são engenheiros migrando para a área pública, advogados ensinando língua portuguesa, etc. Assim podemos citar uma pesquisa realizada por Roberto Macedo, em seu livro *Seu diploma sua prancha*, do qual foi apresentado ao departamento de pessoal de doze empresas a lista de ocupações, cargos ou funções, tendo sido verificado que estas empresas aceitam diferentes diplomas como requisito educacional para diferentes cargos ou funções, demonstrando assim a grande flexibilidade das empresas com relação a seus profissionais e à profissionalização exigida para sua admissão.

Desta forma, podemos verificar um mercado de trabalho flexível, onde profissionais de várias áreas circulam por várias ocupações. Assim, para que serviu essa formação acadêmica profissional? De que forma esses profissionais utilizaram-se dos conhecimentos tecnológico-profissionais para essa ocupação?

Vejamos então as considerações de Freres, Rabelo e Mendes Segundo (2010, p.47):

Cabe à educação, nesse novo contexto, fugir dos processos tradicionais “conteudistas” e transformar o educando em contínuo aprendiz por toda a vida. O objetivo da educação contemporânea é fazer com que o indivíduo transforme-se – além de um capital humano que valoriza, à luz da sociedade mercantil – em um instrumento capaz de oferecer um mundo corporativo em que todos possam conviver harmoniosamente.

As considerações expostas por Roberto Macedo, em seu livro *Seu diploma, sua prancha*, citado neste trabalho, reserva aspectos importantes nesta nova abordagem profissional, que ora está surgindo; um profissional que não se limita a uma área específica, mas “dança” no mercado de trabalho. Apesar da retórica elogiosa tecida à flexibilidade, a qual favoreceria alguém que, por exemplo, por incompatibilidade com o curso de graduação escolhido, utiliza-se de sua formação, para entrar em outro campo de trabalho tendo ou não relação com o curso de graduação concluído, vale rever esse novo paradigma numa visão mais crítica e mais ampla.

Segundo reconhece o próprio Macedo (1998, p. 142), o aumento da flexibilidade, a empresa como elemento chave, a crescente importância do desenvolvimento de recursos humanos e o enfraquecimento de sindicatos levaram o mercado:

/.../ ao menor crescimento das oportunidades de emprego e até mesmo, setorial e regionalmente, à sua própria redução. Esta se manifestou particularmente onde a ocupação se dava sob a forma tradicional de carreiras

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

e de empregos fixos por um grande período de tempo, que às vezes, se estendia por toda vida ocupacional das pessoas. O mercado de trabalho passou a ser comandado pelo lado da demanda de mão-de-obra – ou da oferta de empregos -, pois o excesso de oferta – ou de demanda de emprego -, relativamente às oportunidades e dos novos ingressantes no mercado, diminuindo suas expectativas de ganhos, ou exigindo deles mais qualificações e mais empenho na procura de oportunidades e na manutenção das já encontradas.

Segue abaixo, contudo, outra consideração feita por Roberto Macedo (1998, p. 143), que consideramos relevante na exposição que faremos a seguir:

/.../ as mudanças de emprego por parte dos empregados, anteriormente vistas de forma pejorativa, encaradas como sinal de instabilidade, passaram a ser consideradas uma coisa normal, e o empregado passivo, executando uma única tarefa e obedecendo a comando, passou a ser desprezado em função daqueles mais dinâmicos e ambiciosos, flexíveis na realização de várias tarefas e capazes de oferecer novas idéias.

Em síntese, pressionadas por seu mercado e pela crescente competitividade as empresas responderam aprimorando seus processos produtivos e de administração, com vistas ao alcance de maior eficiência. Isso, por sua vez, exigia um novo relacionamento empresa-empregado e um novo perfil deste último. Assim, surge um novo jogo que, inegavelmente, oferece maiores riscos tanto para a empresa como para o empregado.

Nota-se com estes relatos o caráter passivo de aceitação das mudanças como se estas não fizessem parte de uma superestrutura que define como o modo de produção deve operar necessariamente a bem do processo de acumulação do lucro.

Como afirma Marx (1982, p. 13-14), em sua Introdução para a crítica da economia política:

O resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio, o consumo, são idênticos, mas que todos eles são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. A produção se expande tanto a si mesma, na antitética da produção, como se alastra aos demais momentos. O processo começa sempre de novo a partir dela. Que a troca e o consumo não possam ser o elemento predominante, compreende-se por si mesmo. O mesmo acontece com a distribuição dos produtos. Porém, como distribuição dos agentes de produção, constitui um momento de produção. Uma [forma] determinada da produção determina, pois, [formas] determinadas de consumo, da distribuição, da troca, assim como relações determinadas desses diferentes fatores entre si. A produção sem dúvida, em sua forma unilateral é também determinada por outros momentos; por exemplo, quando o mercado, isto é, a esfera da troca, se estende, a produção ganha em extensão e dividi-se mais profundamente.

Se a distribuição sofre uma modificação, modifica-se também a produção; com a concentração do capital, ocorre uma distribuição diferente da população na cidade e no campo, etc. Enfim, as necessidades do consumo determinam a produção. Um reciprocidade de ação ocorre entre os diferentes momentos. Este é o caso para qualquer todo orgânico política .

Desta forma, compreendemos como as referências feitas por Roberto Macedo situam-se no nível mais rasteiro do senso comum, em tudo favorável aos interesses da acumulação. A

ideologia veiculada no discurso de Macedo poderia ser apreciada à luz do que coloca sobre Chauí, na citação a seguir:

/.../ Ela[a ideologia] é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classe uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes, a partir das divisões na esfera da produção. Pelo contrário a função da ideologia é a de apagar as diferenças como as de classes, e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado (CHAUÍ, 1993, p 113-114).

É importante também atentarmos para as pontuações esclarecedoras de Gramsci sobre a função ideologia, ora expressa por Aranha; Martins (1993, p. 36) que apontam:

/.../ em um primeiro momento, enquanto concepção de mundo, a ideologia tem função positiva de atuar como cimento da estrutura social. Quando incorporada ao que chamamos senso comum, ela ajudará a estabelecer o consenso, o que em última análise confere hegemonia a uma determinada classe, que passará a ser dominante.

Desta forma, numa conjuntura marcada pelo desemprego crônico e pela precarização do trabalho em todas as suas dimensões, podemos constatar que as formulações de Roberto Macedo tentam naturalizar a realidade que vivemos hoje no Brasil, de uma formação acadêmica muitas vezes aligeirada oferecida aos estudantes que passam a batalhar no adverso mercado de trabalho por uma oportunidade de emprego, muitas vezes significativamente distante da sua formação acadêmica.

Assim, o trabalho realizado pelo economista Roberto Macedo, em seu livro: Seu diploma, sua prancha, traduz uma realidade “naturalizada” inserida na lógica do conhecimento descartável, sendo o trabalhador incitado a aceitar essas novas regras, a estas devendo adequar-se, para o que, o autor oferece dicas de como fazê-lo bem. Senão vejamos:

Assim está colocada uma questão de modo concreto: suas habilidades terão que mudar radicalmente, porque boa parte do que você tem aprendido nas escolas ou é inútil para muitos propósitos, ou vai se tornar rapidamente obsoleto.

Quando uma empresa procura contratar uma pessoa o conhecimento técnico específico é apenas um dos aspectos analisados. Conta muito à disposição para aprender, a dedicação e a motivação para iniciar a trabalhar (MACEDO, 1998, p. 208).

Em perspectiva afim à ótica empresarial, a educação se reestrutura a fim de atender mais adequadamente às demandas do mercado, ditadas pela ordem internacional e acatadas de pronto pela burguesia nacional. Senão vejamos o que expõe Neves (1999, p.134).

A necessidade de formação de um novo tipo de trabalhador e de homem, requerida também pelo novo padrão neoliberal de desenvolvimento mundial e nacional exigiram mudanças nos papéis sociais da educação e, conseqüentemente, na natureza e na organização do sistema educacional brasileiro neste final de século.

/.../ o sistema educacional brasileiro como um todo redefine-se para formar um novo trabalhador e um novo homem que contribua para a superação da atual crise internacional capitalista. A educação brasileira, portanto, se direciona organicamente para efetivar a subordinação da escola aos interesses empresariais na pós modernidade.

Para alcançar esse novo modelo de homem, de trabalhador apto a adequar-se a essa nova ótica capitalista, a essa lógica neoliberal de organização da sociedade, o governo FHC e posteriormente o Governo de Lula da Silva, realizaram mudanças abrangentes no arcabouço normativo da educação escolar, no conteúdo curricular e na forma de gestão do sistema educacional e da escola.

Os organismos internacionais, desde o final do Século XX, vêm assumindo um monitoramento sobre a educação mundial, e o governo brasileiro, por sua vez cumpre as determinações advindas destes acordos, podendo-se destacar o Projeto de Educação para Todos, pactuada na conferência de Jomtien, Tailândia, como um dos principais acordos que vêm norteando as diretrizes da educação pública em nosso país. Como investir na Universidade diante desta nova visão de mundo?

O governo tem criado mecanismos com vistas a alcançar seus objetivos junto à universidade, o “provão” – seguido, adiante, pelo ENEM - foi um deles, o que, segundo Neves (1999, p. 47), é uma forma de “[...] propiciar às empresas o capital humano necessário à elevação de sua produtividade e competitividade”, como bem professa Macedo, como vimos acima.

Vejamos, por outro lado, o que Chauí (2000, p. 68) expõe sobre o papel da universidade:

Desde seu surgimento (no século XVIII europeu), a universidade sempre foi uma instituição social, isto é, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. A legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da idéia de autonomia do saber em face da religião e do Estado, portanto, na idéia de um conhecimento gerado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão. Por isso mesmo, a universidade européia tornou-se inseparável das idéias de formação, reflexão, criação e crítica.

Numa palavra, por ser uma instituição social, a universidade não pôde colocar-se a margem da luta de classes nem das questões ideológicas que,

sabemos, são sua questão própria, pois cabe-lhe indagar (ou fugir da questão) qual o lugar das idéias no processo de produção material da sociedade.

Assim segundo Chauí (2000, p. 68), a instituição difere-se da organização porque se define por uma prática social: “A instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competência com outras que ficaram os mesmos objetivos particulares.”

Temos que ter o cuidado de pensar a universidade como instituição, e não como organização calcada em padrões empresariais; perdendo com isto seu papel social importante na formação do homem.

Preocupa-nos esse novo rumo que está seguindo a educação, particularmente na universidade. Repetimos: esta tem um papel social por demais relevante a cumprir, o de trazer o estudante para o mundo do conhecimento científico, sociológico, aquele conhecimento que permite entender-se o mundo para além das aparências, em sua essência, praticando uma educação com vistas à formação do homem para a sua emancipação.

Movidos pela sombra ameaçadora do desemprego, hoje, a preocupação de muitos que ingressam ou pensam ingressar na universidade é entrar no mercado de trabalho, como mão-de-obra mais especializada, portanto com mais chances de “crescer” profissionalmente e, conseqüentemente garantindo sua condição de empregabilidade. Para isto, jovens estão dispostos a pagar por instituições de ensino superior indignas desse nome, preocupadas apenas em atender a essa nova ótica do capital. Mantidos à parte de um conhecimento crítico-revolucionário, estudantes e trabalhadores não são, muitas vezes capazes de compreender autores como Mészáros que conseguem demonstrar em suas publicações a funcionalidade da educação para a produção e reprodução do *status quo*.

Entendemos que a Universidade precisa lutar frente a seus reais interesses (formação humanística) sob pena de configurar-se apenas como ferramenta de formação do trabalhador alieando e/ou manipulação das consciências

Acreditamos que a Universidade não pode ter um fim em si mesmo, mas que seja objeto de questionamento junto às práticas sociais, capazes de compreender que, somente rompendo com a lógica do capital, podemos pensar na criação de um modelo de educação significativamente diferente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de nossa exposição sobre o tema, destacamos o papel da educação frente ao processo de produção e acumulação. A educação, de uma maneira geral, tem sido pensada com vistas à formação do trabalhador condizente com as exigências do mercado ao lado da manipulação das consciências.

No contexto da crise contemporânea do capital, a educação tem passado por muitas transformações, internacional e nacionalmente. No nosso país, o governo instituiu a LDB em 20 de dezembro de 1996 e programou uma série de projetos e leis, visando alcançar as metas traçadas pelo Plano Decenal de Educação, realizado em Jontiem, Tailândia, em março de 1990. De lá para cá outros planos se colocaram na ordem do dia, a exemplo dos Planos Nacionais de Educação, expressos através das Leis nº 10.172, de 2001 e nº 13.005 de 2014.

Enfim, a ideologia que está presente nos projetos implementados pelo governo, mascara as reais intenções deste. Desta forma, precisamos estar atentos para o que se encontra por trás do discurso capitalista.

Vale destacar que um simples plano não pode mudar toda uma ótica capitalista que perdura por quase todo o mundo; a ótica da acumulação do lucro.

De fato, compreendemos que sociedade, educação e mercado de trabalho estão intimamente interligados num processo que a lógica capitalista domina muito bem, de forma que, através de políticas governamentais, por exemplo, instituem-se projetos de leis escolares que beneficiem os interesses capitalistas.

A Universidade por sua vez, também não tem se constituído em local de discussão acerca de questões mais profundas, calcadas num teor mais filosófico e geral, diminuindo ainda mais as poucas oportunidades de perceber o mundo para além das aparências, estando a cada dia mais suscetíveis a ideologia do capital. Vale ressaltar que não é apenas na universidade que podemos apreender esse conhecimento mais geral. Infelizmente esse conhecimento não é amplamente divulgado; é toda uma série de projetos desenvolvidos pelo governo para degenerar as subjetividades e deixar os trabalhadores apáticos e esmorecidos. Por fim, o governo corrobora a diferenças de classes, ao contrário de lutar contra estas.

A escola pode, contudo constituir-se num ambiente de questionamento das desigualdades sociais, ainda que não goze de autonomia para se configurar como motor da revolução. Esta por sua vez poderá realizar o que Tonet(2005) denominou de atividades educativas emancipadoras que se caracterizam por oferecer um conhecimento o mais sólido e profundo possível da natureza do fim que se quer atingir; pela apropriação do conhecimento sobre o processo histórico do real; sobre a apresentação dos conhecimentos específicos sobre educação; por apresentar domínio sobre conteúdos específicos relacionado as diferentes áreas

do saber e por último articulando a prática educativa emancipadora com as lutas desenvolvidas pela classe subalterna.

Com relação ao mercado de trabalho, podemos destacar que o mesmo sofreu profundas transformações ao longo dos anos. Se, nos anos 80, o diploma universitário era um passaporte certo para o mercado de trabalho, hoje este mercado exige cada vez mais qualificações, deste trabalhador.

Pesquisas realizadas pelo economista Roberto Macedo são ilustrativas do ethos empresarial. Revelando que em muitas empresas, vale qualquer profissão (diploma) para ocupação de cargos, e o quanto os profissionais habilitados (com diploma universitário) estão passando por diversas profissões. Frente a tudo que expomos nos questionamos acerca da forma esses profissionais utilizaram-se dos conhecimentos adquiridos na universidade para o desempenho das diversas ocupações. Acreditamos que, em louvor à decantada flexibilidade, as empresas estão á procura de pessoas que, possuindo um conhecimento mais geral, estão mais aptas a se adaptar às mudanças e exigências da empresa, na chamada “sociedade do conhecimento”. Quanto ao fato de se contratar qualquer profissional, acreditamos que isso se deve ao fato de que muitas empresas procuram moldar seus funcionários, ensinando-lhes “aquilo que é necessário”. Não se compreendendo bem o processo, não se poderá questioná-lo facilmente.

Os profissionais, por sua vez, têm se “agarrado” às oportunidades ofertadas, haja vista o mercado de trabalho ofertar poucas vagas, num contexto marcado pelo desemprego crônico, em que o desenvolvimento tecnológico coloca-se a serviço do capital, voltando as costas para as necessidades genuinamente sociais.

Nota-se, na visão de Roberto Macedo, o caráter passivo de aceitação das mudanças entre a relação empregado-empregador, no qual o empregado encontra-se à mercê deste mercado capitalista, que massacra milhões de trabalhadores.

Macedo chega a dar “dicas” para orientar as pessoas com relação ao sucesso no mercado de trabalho relatando que os empregados terão que mudar radicalmente, porque boa parte do que aprenderam nas escolas é inútil para muitos propósitos, ou vai se tornar rapidamente obsoleto.

Entendemos que este autor que transmite a cópia do sistema procura ressaltar em seu livro: *Seu diploma, sua prancha*, uma realidade imutável, numa visão ideológica de aceitação destas “novas regras” capitalistas que, segundo ele, deverão ser aceitas sem questionamento.

Ao final de todas as leituras realizadas, percebemos que a educação está diretamente ligada aos modos de produção, reforçando ainda a teoria de Karl Marx, segundo a qual as relações humanas sofrem determinações contraditórias, com base nos modos de produção.

Em suma, percebemos que a educação escolar tem, predominantemente, atendido aos interesses do capital que, com o concurso do Estado, implementa programas educacionais, sob uma visão ideológica que mascara suas reais intenções de acumulação do lucro.

Uma educação emancipatória contemplaria conhecimentos crítico-revolucionários, capazes de contribuir como um meio de compreensão do real, como um meio capaz de descobrir e redescobrir os conhecimentos científicos, garantindo que as pessoas possam ter acesso ao conhecimento humano, filosófico, produzido historicamente pela humanidade, e não, predominantemente, inculcando na consciência das pessoas, a ideologia do mercado que acaba por dominar a vida social.

Por fim, vale resgatar Marx, para quem, educador e educando educam-se juntos na práxis revolucionária por intermédio do mundo que transformam. Pois, na concepção marxista, o homem é o que ele fez socialmente, é sujeito de sua história e de seu devir.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria L. A; MARTINS, Maria H. P. O que é Ideologia. In: *Filosofando*, Introdução a Filosofia. 2ª. Ed. São Paulo: Moderna, 1993.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é Ideologia**. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. A Universidade hoje. In: **Revista Princípios**. No. 58. São Paulo, 2000.

FRERES, Helena; RABELO, Jackline; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. Governo e empresariado: a grande aliança em prol do mercado da educação para todos. In: **Marxismo, educação e luta de classes: pressupostos ontológicos e desdobramentos ídeo-políticos**. 1ª. Ed. Fortaleza: UECE, 2010.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da Educação: Um estudo introdutório**. São Paulo: Cortez/autores associados, 1983.

GUARESCHI, Pedrinho A., GRISCI, Carmem Lígia. **A fala do trabalhador**. Petrópolis: Vozes, 1993.

JIMENEZ, Susana Vasconcelos. **Educação e trabalho: o papel da universidade pública no contexto regional**. III Encontro de Assistência Estudantil UECE. Mimeo, 1999.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3ª. Ed. Maceió: Edufal, 2005.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: Nogueira, M. A. **Temas de ciências humanas**, n. 4. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

MACEDO, Roberto. **Seu diploma, sua prancha: como escolher a profissão e surfar no mercado de trabalho**. 4ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

ARANHA, Maria Lúcia. **Filosofando: introdução a filosofia**. 2ª. Ed. São Paulo: Moderna, 1993.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Tradução de Edgard Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Raniere. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

NEVES, Lúcia Maria W. Educação: um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, IVO (org.) **O desmonte da nação – balanço do governo FHC**. 2ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SAVIANI, Nereide. Educação brasileira em tempos neoliberais. In: **Revista Princípios**, N. 45. São Paulo. 2007. Disponível em <http://revistaprincipios.com.br/artigos/45/cat/1583/educa%C3%A7%C3%A3o-brasileira-em-tempos-neoliberais-.html>. Acesso em 02.08.2019.

TONET, Ivo. **Lukács: Trabalho e Emancipação Humana**. Disponível em: www.ivotonet.xpg.com.br Acesso em 30.03.2019